



**Estado do Rio Grande do Sul
Município de Sapucaia do Sul
Procuradoria Geral do Município
Gabinete do Procurador Geral**



EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS (MENSAGEM) Nº 30, DE 23 DE OUTUBRO DE 2018.

Processo nº
Nº 20939 / 472 / 2018

Senhor Presidente:

SECRETARIA DA MESA	
O presente expediente foi apresentado em plenário.	
EM	20 / 11 / 2018
na	75ª reunião da 2ª Sessão Ordinária
	2667. Na 14ª LFG
Ver. Secretário	



Tenho a honra de me dirigir à presença de Vossa Excelência, para encaminhar a esse Egrégio Poder Legislativo, para apreciação e voto, a inclusa **EMENDA SUBSTITUTIVA AO PROJETO DE LEI DE INICIATIVA DO PODER EXECUTIVO INSTAURADO PELA MENSAGEM Nº 17/2018 (Processo Nº: 20684/2018)**, que visa "Alterar a redação dos artigos 66, 67, 70, 170, 171, 175, 176 e 177, inserir os artigos 177-A, 177-B e 177-C e revogar o artigo 68, todos da Lei Municipal nº 662, de 13 de fevereiro de 1978, que institui o Código de Edificações e disciplina sua aplicação".

O Poder Executivo apresenta ao Egrégio Parlamento Municipal a presente Emenda Substitutiva, a fim de adequar os valores das multas a serem aplicadas aos munícipes que infringirem os dispositivos desta proposição.

O teor do referido Substitutivo originou-se a partir de discussões estabelecidas entre a Administração Pública municipal e os nobres Vereadores, com o escopo de reduzir os valores das multas, utilizando-se critérios compatíveis com a nova realidade econômica dos cidadãos sapucaieiros, agravada pela grave crise financeira que assola a Nação.

Assim, permanece hígida a intenção do Poder Público em atualizar o Código de Edificações no que se refere à tipificação de infrações e penalidades, bem como proceder na modernização do processo administrativo sancionador.

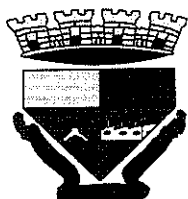
A adequação da legislação permitirá maior eficiência nos instrumentos de fiscalização da Prefeitura Municipal, com o desiderato de assegurar condições adequadas de habitação, circulação, recreação e trabalho.

Além disso, a modernização da legislação proporcionará a melhoria e a preservação do meio ambiente, garantindo condições mínimas de conforto, higiene, segurança e bem estar nas edificações ou quaisquer obras e instalações dentro da circunscrição do Município.

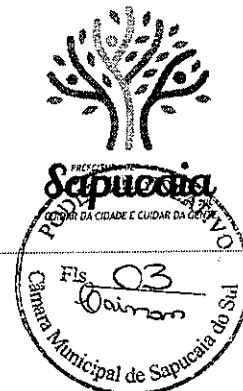
Atenciosamente,


Luis Rogério Link
Prefeito Municipal

Exmo. Sr.
DD. Nelson Brambila
Presidente da Câmara Municipal
Sapucaia do Sul – RS
Nesta.



**Estado do Rio Grande do Sul
Município de Sapucaia do Sul
Procuradoria Geral do Município
Gabinete do Procurador Geral**



PROJETO DE LEI Nº (...)/2018

Proj. Lei Exec. Nº

Nº 029 / 2018

Altera a redação dos artigos 66, 67, 70, 170, 171, 175, 176 e 177, insere os artigos 177-A, 177-B e 177-C e revoga o artigo 68, todos da Lei Municipal nº 662, de 13 de fevereiro de 1978, que “institui o Código de Edificações e disciplina sua aplicação”.

LUIS ROGÉRIO LINK, Prefeito Municipal de Sapucaia do Sul, faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu, com fundamento no artigo 82, inciso III, da Lei Orgânica do Município, sanciono a seguinte,

LEI

Art.1º. Fica alterada a redação do art.66, da Lei Municipal nº 662, de 13 de fevereiro de 1978, que passa ser a seguinte:

Art.66. Os proprietários de imóveis, que tenham frente para logradouros pavimentados, são obrigados a executar e a manterem em bom estado, os passeios na frente de seus lotes.

§1º. A construção dos passeios deverá ser concluída num prazo de 06 (seis) meses, a partir da conclusão das obras de pavimentação do logradouro.

§2º. Deverão ser obrigatoriamente observadas para a execução dos passeios as normas técnicas e as legislações vigentes, inclusive quanto aos requisitos de acessibilidade e permeabilidade.

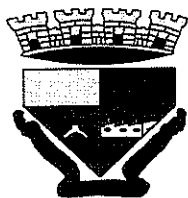
§3º. Os passeios existentes, assim considerados os que mediante avaliação da autoridade fiscal competente, garantam o mínimo de circulação, mas que não se enquadrem nas disposições exigidas na legislação vigente quanto às normas, deverão ela se adaptar no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da notificação, estando sujeito o infrator sujeito às penalidades cabíveis após término do prazo de regularização.

Art.2º. Fica alterada a redação do art.67, da Lei Municipal nº 662, de 13 de fevereiro de 1978, que passa ser a seguinte:

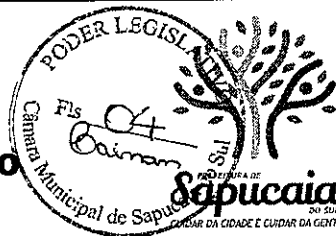
Art.67. Não será admitido o uso de passeio público para fins particulares, incluindo construções permanentes ou móveis, para fins comerciais ou não, devendo no caso de descumprimento ser procedida a adequação no prazo de 30 (trinta) dias a contar da notificação, estando sujeito o infrator às penalidades cabíveis após término do prazo de regularização.

Art.3º. Fica alterada a redação do art.70, da Lei Municipal nº 662, de 13 de fevereiro de 1978, que passa ser a seguinte:

Art.70. Tapumes e andaimes não poderão impedir a circulação nos passeios públicos, e deverão observar as normas e legislações vigentes em relação à circulação e segurança.



**Estado do Rio Grande do Sul
Município de Sapucaia do Sul
Procuradoria Geral do Município
Gabinete do Procurador Geral**



Art.4º. Fica alterada a redação do art.170, da Lei Municipal nº 662, de 13 de fevereiro de 1978, que passa ser a seguinte:

Art.170. Estará sujeita às penalidades previstas neste Capítulo, a inobservância dos dispositivos insertos nesta Lei, as quais deverão ser verificadas e lavradas pela autoridade fiscal competente de carreira do Município.

Art.5º. Fica alterada a redação do art.171, da Lei Municipal nº 662, de 13 de fevereiro de 1978, que passa ser a seguinte:

Art.171. Serão aplicadas as seguintes penalidades às infrações relativas a este Código, sem prejuízo das demais sanções e penalidades previstas na legislação vigente:

I- Iniciar obra ou qualquer construção sem a aprovação do projeto e concessão de Licença de Construção pela Prefeitura Municipal:

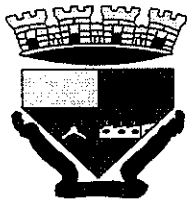
- a) Obra particular individual unifamiliar até 100m²: 70 UMRF;
- b) Obra particular individual unifamiliar até 200m²: 280 UMRF;
- c) Obra particular individual unifamiliar acima de 200m²: 630 UMRF;
- d) Obra particular multifamiliar ou destinado ao uso não residencial: 850 UMRF, até cinco unidades;
- e) Empreendimento multifamiliar ou destinado ao uso não residencial, acima de cinco unidades: 180 UMRF por unidade.

II- Executar as obras em desacordo com o projeto aprovado e licenciado ou com a licença fornecida:

- a) Se constatada durante a execução e permitida a readequação do projeto conforme Plano Diretor vigente e Código de Obras: 200 UMRF;
- b) Se constatada após término da obra e permitida a readequação do projeto conforme Plano Diretor vigente e Código de Obras: 800 UMRF;
- c) Se não for permitida a readequação do projeto conforme Plano Diretor vigente e Código de Obras: Embargo da obra, não liberação do Habite-se e intimação judicial ou administrativa pertinente, visando à demolição ou readequação da construção.

III- Edificação ocupada ou utilizada para instalação e funcionamento de usos não residenciais e residências, sem prévia emissão de Habite-se:

- a) Obra particular multifamiliar ou destinado ao uso não residencial: 180 UMRF;
- b) Empreendimento multifamiliar ou destinado a uso não residencial: 08 UMRF por metro quadrado.



**Estado do Rio Grande do Sul
Município de Sapucaia do Sul
Procuradoria Geral do Município
Gabinete do Procurador Geral**



IV- Ocupar o passeio público ou via com material de construção, entulhos, tapumes e todo e qualquer material que impeça ou dificulte a passagem de pedestres e veículos, em desobediência a legislação pertinente:

- a) Obra particular individual: 70 UMRF;**
- b) Obra destinada à atividade comercial, industrial, serviços e outras atividades econômicas: 180 UMRF;**
- c) Empreendimento multifamiliar ou não residencial: 800 UMRF.**

V- Deixar de executar ou não executar o passeio conforme disposto na legislação vigente:

- a) Edificação residencial familiar: 07 UMRF x METROS LINEARES e adequação no prazo máximo de 90 dias;**
- b) Edificação destinada à atividade comercial, serviços e outras atividades econômicas: 35 UMRF x METROS LINEARES e adequação no prazo máximo de 30 dias;**
- c) Edificação destinada à atividade industrial, pavilhões e assemelhados: 80 UMRF x METROS LINEARES e adequação no prazo máximo de 60 dias;**
- d) Empreendimento multifamiliar: 180 UMRF x METROS LINEARES e adequação no prazo máximo de 30 dias;**
- e) Terreno Baldio: 15 UMRF x METROS LINEARES e adequação no prazo máximo de 90 dias.**

§1º. Em relação ao inciso V deste artigo, o proprietário/responsável ficará eximido do pagamento da respectiva multa desde que comprove a adequação do passeio público no prazo estipulado, a contar da devida notificação pela autoridade fiscal, e sujeito a verificação de conformidade em relação às normas técnicas e leis de acessibilidade vigentes, com a lavratura do respectivo parecer.

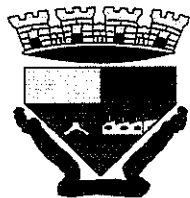
§2º. A aplicação das penalidades não exige o proprietário ou responsável das demais responsabilidades previstas nas legislações vigentes.

Art.6º. Fica alterada a redação do art.175, da Lei Municipal nº 662, de 13 de fevereiro de 1978, que passa ser a seguinte:

Art.175. O contribuinte autuado ou notificado de infração tem direito à ampla defesa.

Art.7º. Fica alterada a redação do art.176, da Lei Municipal nº 662, de 13 de fevereiro de 1978, que passa ser a seguinte:

Art.176. O sujeito passivo poderá protocolar pedido de impugnação dentro do prazo de 30 (trinta) dias corridos, contra o lançamento ou ato de autoridade fazendária, referente às penalidades e notificações impostas, com fundamento nas disposições deste Código, contados a partir de sua notificação.



**Estado do Rio Grande do Sul
Município de Sapucaia do Sul
Procuradoria Geral do Município
Gabinete do Procurador Geral**



§1º. Quando a notificação não ocorrer pessoalmente ao agente passivo ou ao seu representante legal, o prazo iniciará a partir da data de assinatura do Aviso de Recebimento de Correspondência – AR, quando for o caso.

§2º. A impugnação, interposta no prazo, tem efeito suspensivo somente em relação à obrigação principal, e em caso de indeferimento não afasta a incidência de multa de mora e juros pela falta de recolhimento no vencimento da notificação de lançamento da infração.

Art.8º. Fica alterada a redação do art.177, da Lei Municipal nº 662, de 13 de fevereiro de 1978, que passa ser a seguinte:

Art.177. A impugnação contra a notificação ou ato de autoridade fiscal competente será formulada em formato de petição, datada e assinada pelo notificado ou seu representante legal, e deverá vir acompanhada da descrição de todos os elementos que lhe servirem de base, além de cópias dos documentos que comprovem a representação perante o agente passivo, documento de identidade e CPF.

Parágrafo único. Poderão ser aceitas cópias autenticadas de documentos, desde que não destinados à prova de falsificação.

Art.8º. Ficam inseridos os artigos 177-A, 117-B e 117-C na Lei Municipal nº 662, de 13 de fevereiro de 1978, que terão as seguintes redações:

Art.177-A. Protocolada a impugnação, será o processo encaminhado e analisado em instância superior do órgão fiscalizador, para que no prazo de 30 (trinta) dias corridos, se manifeste sobre as razões oferecidas pelo notificado.

Art.117-B. As impugnações não serão decididas sem manifestação do agente fiscal competente do órgão responsável pelo lançamento, sob pena de nulidade da decisão.

Art.177-C. Após manifestação o processo será remetido para o Diretor do órgão responsável pela autuação, para que emita parecer nos termos da decisão em instância recursal administrativa, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, em fase definitiva não sujeita a novos recursos.

Parágrafo único. Todas as decisões administrativas deverão ser notificadas ao agente passivo no prazo de 15 (quinze) dias, e publicadas no átrio da Prefeitura Municipal.

Art.9º. Fica revogado o artigo 68 da Lei Municipal nº 662, de 13 de fevereiro de 1978.

Art.10. Esta Lei entra em vigor 30 (trinta) dias após a data de sua publicação.